

Os pataxós passam fome

Os 132 índios da tribo Pataxó Hã-Hã-Hã, expulsos da Reserva Caramuru na Fazenda São Lucas, no sudoeste baiano, estão passando fome porque há dois meses a Funai suspendeu a alimentação, desassistindo-os completamente, criando um clima de grande tensão na área.

Estes continuam perambulando nas proximidades da reserva, sendo pressionados pelos índios que os expulsaram e pelos fazendeiros com os quais os pataxós disputam as terras. A Funai também não está dando alimentação ao pataxó Higino Francisco de Souza e dois irmãos que estão presos pela morte do cacique Edizio, assassinato ocorrido no início de junho último.

A denúncia da situação dos pataxó hã-hã-hã está sendo feita pela seção baiana da Associação Nacional do Índio (Anai), para quem a Funai, além de não cumprir sua obrigação de assistir os índios, vem acirrando a animosidade na tribo, ao decidir suspender a alimentação ao grupo que

está fora da reserva. Os pataxós dividiram-se entre os que aceitam ficar na reserva, com uma área de apenas 1 mil e 200 hectares, e os que só concordam em ficar com uma área de, no mínimo, 15 mil hectares da reserva original que era o dobro desta área.

Os mil e 200 hectares já estão ocupados pelos índios, enquanto o restante da área está sendo disputado na Justiça Federal. Essa divisão causou a briga e a morte do cacique Edizio, ampliando as dissensões internas na reserva, em cujo interior vivem agora 300 pataxós. Além da suspensão do fornecimento da alimentação, a Anai-Ba denuncia que a Funai não vem dando assistência judiciária aos índios acusados de assassinato.

Os índios da tribo Kiriri, localizados na antiga Reserva da Missão de Nossa Senhora da Ascensão, hoje Fazenda Picos, no distrito de Miran-

dela, em Ribeira do Pombal acabam de elaborar um projeto de aplicação de recursos do Plano de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), do Ministério do Interior, em suas terras. O documento, que detalha planejamento, recursos, pessoal e trabalho e que contém assinaturas de sete chefes indígenas locais, já foi enviado à Fundação Nacional do Índio (Funai).

Em seu projeto para o primeiro ano, que já tem assegurados mais de Cr\$ 40 milhões do Banco Mundial, os kiriris prevêem a construção de poços artesianos para as comunidades do Cantagalo e da Baixa da Cangalha; a instalação de centros comunitários, em Cacimba Seca, Baixa da Cangalha, Cantagalo e Lagoa Grande e a abertura de estradas nas regiões de Sacão, Cacimba Seca, Baixa da Cangalha, Cantagalo e Baixa do Juá.

SEM CORRUPÇÃO

Os índios kiriris solicitam ainda da Funai que "todas as obras deste

projeto sejam decididas por nós "e que as prioridades de aplicação das verbas, os projetos das obras e os locais, onde serão executadas", devem ser conforme nossa conveniência". Eles exigem ainda que os recursos também devem ser diretamente destinados à tribo dos kiriris, pois "desta forma, eles renderão mais, sem burocracia, nem corrupção. Como toda a comunidade participará das decisões, é principalmente a ela que prestaremos contas de nossos gastos".

O documento dos índios kiriris, enviado à Funai, é assinado por Lázaro Gonzaga de Souza (cacique), José Pedro Batista (conselheiro da Lagoa Grande), Daniel Bispo dos Santos (conselheiro de Cacimba Seca), Luís Bernardo dos Santos (conselheiro da Baixa do Juá), Francisco Manoel de Santana (conselheiro da Baixa da Cangalha), José Pereira da Silva (conselheiro do Sacão) e Florentino Domingos de Andrade (conselheiro do Cantagalo).